

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL AS ESTRATÉGIAS DAS ONGs INDÍGENAS NO SETENTRIÃO BRASILEIRO

Luis Cláudio de Jesus Silva - luisclaudiojs@gmail.com

Professor do Curso de Administração da UFRR, Mestre em Economia (UFRGS), Doutorando em Administração (CEPEAD/UFMG)

Yarraha da Costa Braga - yarraha@hotmail.com

Bacharel em Administração pela UFRR.

RESUMO: Este artigo objetiva demonstrar as principais estratégias planejadas e desenvolvidas por organizações não governamentais - ONGs, atuantes na Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS, em Roraima, antes e depois da retirada dos não-índios. Após a desintrusão, a área ficou sob a responsabilidade das lideranças indígenas, cabendo a estas a coordenação da preservação e exploração da área. A pesquisa de campo de caráter exploratório, amparada na abordagem qualitativa descritiva, utilizou consulta bibliográfica e coleta de dados através de entrevistas e questionários. A consulta bibliográfica demonstra que, a luta pela conquista da Terra Indígena foi longa e produziu divergências entre as etnias que hoje dividem o mesmo território. O processo de retirada dos não-índios acirrou os ânimos provocando inimizades entre coordenadores das diversas entidades representativas das principais etnias que ocupam a área demarcada. Não se pode afirmar, que a falta de planejamento estratégico a ser executado pós-desintrusão por parte das ONGs decorre da descrença na retirada dos não-índios de forma definitiva ou pela forma que o Supremo Tribunal Federal decidiu a questão, limitando o poder dos indígenas sobre a área. Os resultados obtidos apontam para ausência de coordenação conjunta das ONGs para gestão da área. Pouco mudou na forma de trabalho e não há um planejamento estratégico em curso que possibilite o alcance do desenvolvimento sustentável almejado pelos indígenas.

Palavras-Chave: Raposa Serra do Sol, Estratégias, ONGs Indígenas, Roraima

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the key strategies planned and developed by non-governmental organizations - NGOs, working in the Raposa Serra do Sol - TIRSS, Roraima, before and after the withdrawal of non-Indians. After desintrusion, the area came under the responsibility of the indigenous leaders, coming from these coordinating the preservation and exploration of the area. The field research exploratory, qualitative approach, supported by the descriptive literature used consultation and data collection through interviews and questionnaires. The consultation literature shows that in the struggle for Indigenous Land was long and produced differences between the ethnic groups that now share the same territory. The process of removal of the non-Indians causing stirring up enmity between coordinators of the various entities representing the main ethnic groups occupying the area demarcated. One can not say that the lack of strategic planning to run post-desintrusion by NGOs stems from the disbelief in the removal of the non-Indians or permanently the way the Supreme Court decided the issue by limiting the power of indigenous over the area. The results indicate a lack of coordination of NGOs for joint management of the area. Little has changed in the way of work and there is an ongoing strategic planning that enables the achievement of sustainable development desired by the Indians.

Keywords: Raposa Serra do Sol; Strategies; Indigenous NGOs; Roraima

1 INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS começou a ser identificada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 1977 e os primeiros estudos foram concluídos em 1993, com o reconhecimento da terra indígena de ocupação tradicional dos índios das etnias: Macuxi, Wapichana, Taurepang e Ingaricó. Após longo período de luta pela terra os indígenas, representados por Organizações Não Governamentais - ONGs, o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu pela retirada dos não índios da área, efetivando definitivamente a posse aos indígenas, mediante inúmeras condicionantes.

A TIRSS difere de outras áreas indígenas pela magnitude da densidade demográfica e da extensão territorial, ocupando uma área de 1.747.464 ha, o que equivale a aproximadamente 7,8 % do Estado de Roraima.

Segundo o Censo realizado pela FUNAI em 2007, habitam a área 18.653 mil indivíduos, distribuídos em 191 aldeias com 03 a 884 habitantes, como é o caso das aldeias Copañba e do Contão; a média populacional é de 97 habitantes por aldeia. Basicamente, há variação entre dois ambientes distintos: das serras com população mais dispersa e aldeias pulverizadas e dos campos onde as aldeias, mais populosas, concentram um número maior de parentela. Esses diferentes ambientes indígenas têm formas de exploração econômica diferenciadas; cada um com suas particularidades, e distinguindo-se em cada contexto, no que se refere à pesca, à agricultura e a pecuária, nos campos; e à caça, à coleta, à agricultura, e ocasionalmente ao garimpo manual nas regiões de serra. (Santilli, 2001).

Após a desintrusão, como ficou conhecida a retirada dos não-índios da TIRSS, a área foi entregue as lideranças indígenas as quais cabe a coordenação da preservação e exploração da área. Neste contexto, as ONGs, representantes da população indígena da região desempenharão um importante papel no planejamento e execução de estratégias que garantam, além da ocupação e preservação do espaço, o desenvolvimento sustentável e a melhoria na qualidade de vida dos locais.

A pesquisa realizada, objetiva demonstrar as principais estratégias planejadas e desenvolvidas pelas ONGs indígenas, atuantes na TIRSS, antes e depois da retirada dos não-índios. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica, realizou-se pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevistas com representantes de ONGs e da Secretaria Estadual do Índio.

Conhecer a forma de organização e subsistência dos principais grupos indígenas que ocupam tão extensa área fronteira no Extremo Norte da Região Amazônica subsidiará a

compreensão do contexto e estimulará a discussão da necessidade de preservação do ecossistema da área e de apoio aos nativos que habitam a TIRSS, em Roraima.

2 PRINCIPAIS GRUPOS INDÍGENAS NA TIRSS

2.1 Macuxi

Os índios Macuxi, povo de filiação lingüística Caríb, habitam a região das Guianas, entre as cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território atualmente partilhado entre o Brasil e a Guiana. A designação Macuxi contrasta com as dos povos vizinhos – os Taurepang, os Arekuna e os Kamarakoto – também falantes de língua pertencente à família Karib e muito próximos, social e culturalmente, dos Macuxi.

Por habitar uma região de fronteira, os Macuxi vinham enfrentando desde o século XVIII situações adversas em razão da ocupação não-indígena na região, marcadas primeiramente por aldeamentos e migrações forçadas, depois pelo avanço de frentes extrativistas e pecuaristas e, mais recentemente, a incidência de garimpeiros e a proliferação de grileiros em suas terras. Nos dias atuais, protagonizaram, juntamente com outros povos da região, um dos maiores impasses relativos aos direitos indígenas no Brasil contemporâneo, que diz respeito à homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; onde até pouco tempo incidiam núcleos urbanos e fazendas de pecuária e rizicultura.

Em 2004, a população Macuxi no Brasil era estimada em torno de 19 mil pessoas e cerca de metade dessa cifra era encontrada na vizinha Guiana, ocupando áreas de campo e de serras no extremo norte do estado de Roraima e o norte do distrito guianense de Rupununi (Instituto Socioambiental, 2000).

De acordo com a FUNAI, a distribuição espacial da população Macuxi faz-se em várias aldeias e pequenas habitações isoladas. Estima-se que existam 83 aldeias Macuxi na Raposa Serra do Sol, mas há também as aldeias mistas, Macuxi/Wapichana que somam 89 aldeias, além das aldeias Macuxi/Patamona que são 3 e aldeia Ingaricó/Macuxi que é apenas uma.

Essa mistura deu-se devido conflitos entre “brancos” e índios na luta por espaço, em que os índios tiveram que se adaptar em outros lugares devido à expulsão e ameaças, o que acabou por forçá-los a sair de suas terras para territórios de outras etnias, conforme ressalta Santilli (2001).

2.2 Wapichana

Além do vale do rio Uraricoera, os Wapichana ocupam tradicionalmente o vale do rio Tacutu, ao lado dos Macuxi, os quais habitam também a região de serras mais a leste de Roraima. Atualmente, os Wapichana são uma população total de cerca de 13 mil indivíduos, habitando o interflúvio dos rios Branco e Rupununi, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, e constituem a maior população de falantes de Aruak no norte-amazônico.

As aldeias Wapichana foram muito afetadas pelo recrutamento da mão-de-obra, tanto para o trabalho doméstico quanto para as fazendas que recortavam seu território, fato que mudou recentemente, após a expulsão dos não índios da Raposa Serra do Sol.

Em território brasileiro, na porção nordeste de Roraima, as aldeias Wapichana localizam-se predominantemente na região conhecida por Serra da Lua, entre o rio Branco e o rio Tacutu, afluente do primeiro. No baixo rio Uraricoera, as aldeias são, em sua maioria, de população mista, Wapichana e Macuxi. Aldeias mistas Wapichana e Macuxi ou Wapichana e Taurepang, ocorrem igualmente nos rios Surumu e Amajari.

A extensão contínua do território Wapichana, no Brasil, foi abusivamente retalhada para fins de demarcação oficial, ao final dos anos oitenta. Àquela época, foram recortadas pequenas áreas indígenas, em que os Wapichana viviam uma verdadeira situação de confinamento, em terras cercadas e, em sua maioria, invadidas por fazendas de gado. Vivem em diversas Terras Indígenas, muitas das quais são compartilhadas com outros povos, como os Macuxi, os Taurepang, os Ingaricó e os Patamona.

2.3 Ingaricó

Povo de ramo lingüístico do Karíb, a denominação Ingaricó é de origem Macuxi, que quer dizer: “gente de mata espessa”. Isso pelo fato de viverem isolados em uma região de mata serrana (Santilli, 2010).

Distribuem-se em aldeias ao longo de rios e igarapés, com maior concentração no alto rio Cotingo e no rio Ponari. Estão mais próximos ao Monte Roraima do que seus vizinhos ao sul, os Macuxi, Taurepang e Wapichana, com quem compartilham a área.

Segundo o levantamento apresentado pela COPING – Conselho do Povo Indígena Ingaricó - na entrevista feita para a obtenção de dados para esta pesquisa, a população Ingaricó é aproximadamente de 1.170 indivíduos, ou seja, cerca de 6% da população total da

TI Raposa Serra do Sol. A maior parte da população é formada por crianças, em seguida, por jovens e adultos. No ano de 2000, os indivíduos com idade superior a 60 anos não compunham sequer 5% da população (Abreu et al., 2010).

Segundo o coordenador da organização indígena COPING (Conselho do Povo Indígena Ingaricó), esse povo pouco sofreu com influências dos “brancos” e sua cultura permanece quase que intacta. Apenas com a utilização de alguns produtos industrializados. Todos os indivíduos Ingaricó falam a língua nativa, e preservam seus costumes ancestrais. Isso se deve ao fato da localização das aldeias Ingaricó, por possuir um acesso muito difícil, sendo possível chegar à comunidade apenas de avião, as invasões não foram comuns naquela área, e eles possuem contatos esporádicos com os não índios, ocorrendo apenas com agentes de saúde da FUNAI, por exemplo, ou quando vêm à cidade receber os benefícios do Governo.

3 SUBSISTÊNCIA ECONÔMICA

Os índios da Raposa Serra do Sol, ainda praticam atividades econômicas tradicionais como: a caça, a pesca, coleta de frutos e de outros produtos necessários para a construção de suas casas e para sua sobrevivência. Mas também praticam atividades típicas da sua região, como garimpo manual de ouro e diamantes, proibido por decisão do STF¹, e criação de gado (Instituto Socioambiental, 2000).

Mas mesmo com tais fatores e com a proibição do garimpo, hoje ainda existe essa prática entre os índios, e mesmo não sendo feita de forma propagada, ainda é praticada por alguns índios de forma clandestina.

Em reportagem concedida ao jornal Folha de Boa Vista (18/02/2009), o ex Presidente da SODIURR – Sociedade em Defesa dos Índios Unidos de Roraima- o índio Macuxi Lauro Barbosa, que reside na comunidade do Flexal, afirma que o garimpo que existe na área é antigo, e representa um dos meios de sobrevivência dos índios. Ele também afirma que o material utilizado para garimpar é de propriedade dos índios e que o lucro da garimpagem é dividido entre o grupo de garimpeiros que trabalha em determinada região. Ao ser questionado sobre a ilegalidade da prática do garimpo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Lauro foi enfático quando disse: “Estou em minha terra e posso nela garimpar, fazer o que for preciso para sustentar minha família. Se fosse tão errado, não haveria projeto de lei pedindo regulamentação para a mineração em Terra Indígena”.

Esse fato demonstra que a influência exercida pelos “brancos” foi incorporadas à cultura indígena, e aqui podemos citar não só o garimpo, mas também a pecuária.

¹ Terra Indígena Raposa Serra do Sol as Estratégias Das ONGs Indígenas no Setentrião Brasileiro – Revista de Administração de Roraima - RARR, Ed 1, Vol1, p 121-144, 2º Sem - Boa Vista

Entre as atividades de subsistência está a caça, que é praticada em áreas de mata principalmente onde as roças são implantadas. As expedições de caça reúnem mais freqüentemente pequenos grupos de irmãos e/ou cunhados e ocorrem durante todo o ano; sendo mais intensas no período de estiagem que vai de novembro a março (SENA, 2008).

Conforme o Coordenador do CIR, em entrevista aos autores, a maioria dos índios da Raposa Serra do Sol já não praticam somente a caça como atividade de sobrevivência, por vários fatores. Entre os fatores ele cita a diminuição dos animais por conta do garimpo, e o desmatamento por conta das fazendas e da rizicultura. Por isso, hoje, é comum a pecuária entre os índios - bem como a criação de galinhas, de peixes, porcos e outros. Mas é bom lembrarmos que ainda existem aldeias que possuem modos de vida nativos, dos Ingaricó que continuam com sua atividade de caça em moldes antigos.

Na agricultura os povos indígenas tradicionalmente baseiam-se nas roças de coivara. Esse tipo de roça consiste em escolher um para a plantação, limpá-la fazendo a derrubada de árvores maiores e posteriormente a queimada do local para finalizar a limpeza, e só então ser fazer o plantio. A agricultura pode apresentar algumas especificidades de acordo com grupos indígenas e locais em que praticam a agricultura; como serras ou lavrados. Mas geralmente apresentam características muito semelhantes entre si. Sendo as atividades realizadas, definidas de acordo com as estações do ano. A principal cultura apresentada nos roçados indígenas é a mandioca, por ser a matéria prima para o preparo de alimentos tradicionais como: beiju, tapioca, e farinha além do caxirí. Sendo a farinha o alimento mais consumido pelos índios, mas faz parte da dieta o buriti, murici, araçá, caju, taperebá, entre outros (SENA, 2008).

Pode-se constatar que as etnias que residem na Raposa Serra do Sol sofreram influencias de agentes da sociedade moderna, como dos produtores de arroz, fazendeiros entre outros; porém, mesmo com algumas alterações em sua cultura, ainda mantêm fortes valores e laços com a terra. E entre as etnias que lá estão, os Ingaricó possuem a economia mais tradicional da região, que baseia-se na roça de coivara, suplementada pela caça e pela pesca. Tendo como forma mais importante de capital o conhecimento indígena de como sobreviver no ambiente de serras; conhecimento que é passado dos mais velhos para os mais novos (NUHSA, Set. 2007).

4 METODOLOGIA

Norteados pelo objetivo de conhecer as estratégias adotadas pelas ONGs Indígenas, representantes dos índios ocupantes da TIRSS, após o processo de desintrusão da área, e a capacidade estratégica de responderem aos novos desafios, adotou-se a pesquisa de campo de caráter exploratório. Como método de procedimento, realiza-se abordagem qualitativa descritiva e, na coleta de dados, além do levantamento bibliográfico, execução de entrevistas e aplicação de questionários.

Do levantamento bibliográfico é possível extrair uma visão teórica panorâmica sobre o modo de vida e forma de organização dos indígenas além de dados históricos sobre o processo de demarcação da TIRSS. Após a pesquisa de campo, objetivando localizar e identificar as principais ONGs, atuantes na terra indígena pesquisada, selecionou-se as entidades e os gestores a serem abordados, passando a aplicação de questionários e realização de entrevistas com representantes das ONGs: COPING, APIRR, OMIR, OPIR, CIRR e SODIURR, além de representantes da Secretaria Estadual do Índio, no período de Setembro/2010 a janeiro de 2011. Godoy (1995), leciona que, na pesquisa qualitativa procura-se realizar várias entrevistas, curtas e rápidas, conduzidas no ambiente natural e num tom informal. Existem, no entanto, situações onde o pesquisador tem que optar por uma entrevista mais formal. Embora nas entrevistas pouco estruturadas não haja a imposição de uma ordem rígida de questões, isso não significa que o pesquisador não tenha as perguntas fundamentais em mente.

Por fim, realiza-se a análise do material coletado, culminando com a descrição dos resultados consistentes na identificação do comportamento e planejamento estratégico adotado pelas ONGs pesquisadas, após a desintrusão da TIRSS.

5 FORMAÇÃO DAS ONGS ATUANTES NA TIRSS

As lacunas formadas pela ausência de ações estatais nas relações entre o governo e a sociedade fomentam o surgimento de Organizações Não Governamentais – ONGs. A atuação destas entidades tem sido tema de discussão não só no âmbito da sociedade civil como também na esfera governamental e em outras organizações com fins lucrativos.

As ONGs são organizações diferentes das até então conhecidas como o Primeiro Setor (que são organizações governamentais) e o Segundo Setor (organizações privadas, e, portanto com fins lucrativos). As ONGs são denominadas de Terceiro Setor (entidades privadas, mas que tem como finalidade a promoção do bem público).

O cenário de evolução das ONGs se deu devido à migração para uma vida tipicamente urbana, no século XX, o que proporcionou um crescimento da atuação do Estado enquanto provedor e mantenedor não só de meios de produção, como também de educação, saúde e previdência. O Estado não estava preparado para dar conta desta demanda, neste cenário surgiram as ONGs para tentar preencher a lacuna deixada pelo Estado. Para Salamon (2001), outros fatores também contribuíram para o que ele chamou de "revolução associativa global": (1) a crise do petróleo nos anos de 1970 e a recessão dos anos de 1980; (2) a crise global do meio ambiente; (3) e o colapso das experiências socialistas na Europa central e oriental, que também demonstrou a incapacidade dos Estados em atender toda demanda social.

Numa definição mais específica ONGs são entidades privadas sem fins lucrativos e que tem como objetivo o atendimento de uma demanda social crescente. Mas ainda não existe unanimidade quanto à sua classificação. Fernandes (1994) a conceituou como: "conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos" (Fernandes, 1994). Para Roesch (2002), setor de caridade, setor filantrópico, setor independente, setor voluntário, economia social, todos esses termos podem ser descritos como Terceiro Setor. Nos Estados Unidos passou-se a classificá-las como setor não lucrativo (*nonprofit sector*), a partir dos anos de 1970, já que estavam produzindo ou distribuindo bens e serviços públicos, e que não tinham como objetivo o lucro. (Smith, 1991). E para serem consideradas organizações não lucrativas, Salamon & Anheier (1992), comentam que devem ter uma estrutura que referencie cinco características: (1) constituídas formalmente, (2) sua base estrutural deve ser não governamental, ou em outras palavras privada, (3) devem ser autogovernadas, (4) não podem distribuir lucros a seus sócios ou membros, (5) contar com a participação voluntária (Salamon & Anheier, 1992).

Acreditava-se que essas organizações seriam capazes de resolver os problemas sociais, também decorrentes da ausência do Estado. Entretanto, constata-se que, assim como a Administração Pública e as empresas com fins lucrativos encontram desafios em relação à sua gestão, as ONGs ainda se preocupam com diversas questões ligadas às suas particularidades, como por exemplo, atrair voluntários e mantê-los envolvidos em seus ideais. Neste sentido, o desafio de gestão dessas organizações pode ser considerado um desafio imperativo aos seus gestores. Assim, esta pesquisa se propôs a identificar desafios de gestão sob o ponto de vista de seus gestores, limitando-se aos seguintes campos da administração: planejamento estratégico e governança das ONGs atuantes na TIRSS.

O movimento indígena em Roraima denomina as relações desenvolvidas pelos índios, nas lutas pelos seus direitos locais, sendo o interlocutor o próprio índio, através das lideranças (Vieira, 2008).

Segundo Repetto (2008), os movimentos indígenas surgem como resposta à interação com diversos fatores sociais, e surgiram na década de 1970, pela necessidade de efetivação de uma estratégia de defesa e partindo da superação das crises organizacionais; os movimentos passaram não somente a criticar, mas também a fazer sugestões que contestam a ordem da dominação; o que caracteriza os movimentos indígenas como movimentos sociais.

As organizações indígenas não representam apenas um povo em específico, e se apresentam publicamente como entidades que agrupam diferentes segmentos de vários povos. As organizações representam seguimentos de diferentes povos: Macuxi, Wapichana, Taurepang e Ingaricó, que manifestam objetivos comuns, mas também diferentes e, não raro, divergentes, e às vezes contraditórios. O que indica que em cada povo pode-se encontrar diferentes estratégias de ação política (Repetto, 2008).

5.1 ONGs favoráveis a desintrusão

As organizações citadas neste tópico são as organizações que atuam na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e que sempre foram favoráveis à demarcação das terras em área contínua.

Essas organizações estiveram engajadas na busca dos direitos indígenas pela terra que lhes foi tirada durante a colonização. Foram escolhidas para o estudo pelo fato de estar presentes na Raposa Serra do Sol, mas ressalta-se que muitas dessas também se fazem presentes em outras Terras Indígenas.

Nesse tópico serão apresentados os objetivos de cada organização, os povos com os quais a Organização lida e o que mudou nas estratégias após a retirada dos não índios da TIRSS.

5.1.2 COPING

O Conselho do Povo Indígena Ingaricó - COPING tem por finalidade e objetivo prestar serviços que possam contribuir para o fomento e tornar mais eficiente as atividades artesanais e produtoras, da área de saúde, educação e cultura. Bem como, melhorar o convívio de seus associados, promover a preservação do meio ambiente, defender os interesses do povo Ingaricó, participar das atividades culturais indígenas em Roraima, no Brasil, e no exterior, resgatar a cultura indígena e melhorar as condições de vida das comunidades.

Terra Indígena Raposa Serra do Sol as Estratégias Das ONGs Indígenas no Setentrião Brasileiro – Revista de Administração de Roraima - RARR, Ed 1, Vol1, p 121-144, 2º Sem - Boa Vista

Segundo relatos obtidos com coordenadores do COPING, em entrevista aos autores, após a desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, buscam desenvolvimento para seu povo, e trabalham por meio da conscientização com o objetivo de garantir a autonomia, o protagonismo e a independência do povo. Essa Organização busca sensibilizar e mobilizar o povo através de políticas e programas de desenvolvimento sustentável da área demarcada, e crer que essa é a chance de alcançarem o progresso.

FIGURA 1 - COPING

NOME DA ORGANIZAÇÃO	POVO	REIVINDICAÇÕES
COPING - Conselho do Povo Indígena Ingaricó	Ingaricó	Prestação serviços que possam contribuir para o fomento e tornar mais eficiente as atividades artesanais e produtoras, da área de saúde, educação e cultura. Promoção da preservação do meio ambiente, defesa dos interesses do povo Ingaricó

Fonte: Repetto, 2008.

5.1.2.1 Atuação após a desintrusão

Antes da retirada dos não índios essa Organização trabalhava em parceria com o CIR, e suas estratégias baseavam-se em planos para quando a terra de fato os pertencesse. Hoje, após a homologação contínua eles buscam o desenvolvimento para o povo Ingaricó, através do desenvolvimento de políticas de mobilização em prol do desenvolvimento sustentável e buscam inserir a sustentabilidade nas atividades comuns praticada nas aldeias. Inicialmente busca-se a sensibilização e a mobilização dos indivíduo.

Segundo seu Coordenador, não basta ter a terra, é fundamental preservá-la e saber retirar dela todos os recursos necessários para o sustento sem destruí-la. Isso é o mais importante. A sustentabilidade é muito enfatizada nessa organização, e a gestão territorial também é um fator de discussão constante para a COPING.

De acordo com os dirigentes do Conselho, as mudanças de estratégias foram basicamente partir do planejamento para a ação, pois agora possuem a terra de fato. No momento estão buscando parceiras para viabilizar a implantação dos projetos que ainda não foram implantados. De acordo com seu Coordenador, o povo Ingaricó não sofreu tanto quanto os outros povos indígenas, com a interferência dos brancos em sua cultura. Isso se deve ao fato de o acesso às suas aldeias ser extremamente dificultoso, sendo possível a chegada apenas de avião. Então poucos chegam até lá. Somente agentes da FUNAI, por exemplo.

Terra Indígena Raposa Serra do Sol as Estratégias Das ONGs Indígenas no Setentrião Brasileiro – Revista de Administração de Roraima - RARR, Ed 1, Vol1, p 121-144, 2º Sem - Boa Vista

Os Ingaricó já têm contato com os brancos, mas é muito restrito. Geralmente esse contato ocorre somente quando os mesmos vêm receber o benefício que o Governo Federal os dá. Por isso, os impactos após a homologação foram quase nulos. Não se sentiram afetados com a retirada dos não índios. Enquanto outras etnias como os Wapichana, e os Macuxi, que já estavam mais influenciados com a cultura dos não índios, empregados e com uma cultura mais diversificada; sentiram-se afetados após a retirada, primeiramente pelo fato de perderem seus empregos nas fazendas e nas lavouras de arroz, entre outros fatores.

De acordo com o Coordenador o que melhorou para os índios após a homologação contínua foi o acesso às autoridades, e mesmo com a homologação ainda tem muito trabalho a ser feito pelo povo Ingaricó, por sua qualidade de vida, pelo acesso, saúde e educação.

5.1.2.2 APIRR

Segundo Repetto (2008), em 1987 um grupo de lideranças decidiu se separar do CINTER (Conselho Indígena do Território Federal de Roraima) foi ao Rio de Janeiro, onde fundaram e registraram outra Organização com a ajuda da FUNAI e do Museu do Índio, surge então a APIR . Voltaram à Boa Vista com o objetivo de buscar apoio nas bases e foram bem recebidos na Terra Indígena São Marcos, pois existia reclamações de que o CINTER², na época, estava mais preocupado com os problemas da Raposa Serra do Sol.

O primeiro rompimento formal ocorre em 1993, quando o Presidente da APIR desentendeu-se com o Governo do Estado e com alguns Tuxauas. Ocorrendo desentendimento interno que levou lideranças a procurarem maior apoio no governador, que por sua vez promoveu a criação de outra organização: SODIURR (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Roraima).

Em 1996, se separou outro grupo, e em 1999, algumas malocas da Terra Indígena São Marcos que acompanhavam a APIR (Associação dos povos Indígenas de Roraima) passam a integrar a Organização ALID/CIRR (Aliança para Integração e Desenvolvimento das comunidades Indígenas), na parte norte da Terra Indígena São Marcos, próximo ao município de Pacaraima (Repetto, 2008).

Devido a estas reestruturações, em 2000 a APIR fez novo registro em cartório mudando o nome original de Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR), para Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima (APIRR).

FIGURA 2 - APIRR

NOME DA ORGANIZAÇÃO	POVO	REIVINDICAÇÕES
APIRR – Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima	Macuxi, Wapichana e Taurepang	Desenvolver projetos econômicos. Preservar riquezas naturais e culturais das áreas indígenas. Apoiar a demarcação e retirada dos não índios das terras. Procurar assistência jurídica aos associados.

Fonte: Repetto, 2008.

5.1.2.2.1 Atuação após a desintrusão

De acordo com a Secretária da APIRR, após a retirada dos não índios da TIRSS, pouca coisa mudou na sua estratégia de trabalho. E as estratégias utilizadas antes da homologação contínua são as mesmas aplicadas atualmente.

Os impactos da demarcação e homologação em área contínua foi basicamente o desemprego dos índios que tinham empregos em fazendas e plantações de arroz.

Para alguns índios houve melhorias já para outros que estavam muito dependentes da cultura dos brancos, justamente os que perderam grande parte de sua cultura, piorou muito; pois precisam adaptar-se à nova realidade. Precisam manter-se sem a interferência do homem branco. O que causou indignação em parte da população indígena. Isso se deve ao fato de ao longo da história os indígenas terem obtido favores e recompensas dos brancos. O que acabou por acostamá-los outro estilo de vida. Como exemplo, temos o clientelismo e o apadrinhamento dos fazendeiros que criavam os filhos dos índios. Santilli confirma esses acontecimentos.

Uma diversidade de procedimentos clientelistas caracterizou as mediações entre regionais e índios (...). Os Macuxi moradores nesta área, com raras exceções, representam o momento inicial de contato como de reciprocidade com os recém chegados em território de ocupação tradicional indígena: em troca do possível consentimento e da eventual colaboração dos índios diante da ocupação dos campos adjacentes às aldeias, pelo gado, os posseiros lhes ofereciam bens industrializados – especialmente tecidos, ferramentas, utensílios de pesca, aguardente, sal, açúcar – além de carne e leite. O recrutamento de crianças indígenas para serem criadas junto às famílias “civilizadas”, para pretensamente “aprenderem” lidar com o gado, também foi um expediente amplamente utilizado pelos posseiros, dando ensejo ao estabelecimento de compadrio, que revestiram e reforçaram os laços clientelistas entre índios e posseiros (Santilli, p. 39, 2001).

A citação acima demonstra, de forma muito clara, que os “brancos” aos poucos foram introduzindo, na cultura indígena, costumes da civilização. O que, ao passar do tempo, foi se tornando cada vez mais forte, e fez com a cultura nativa dos índios praticamente se perdesse. Um ponto muito negativo da desintrusão foi que os índios acostumados a ser assalariados para sustentar suas famílias, perderam essa forma de ganhar seu sustento, e como ainda não há outras formas de sobrevivência implantadas como alternativas alguns estão buscando refúgio nas cidades.

O que pode ser contado como positivo é o fato de ter melhorado muito o acesso dos índios em suas próprias terras, antes eles eram impedidos de pescar nas áreas das fazendas, e também não podiam caçar em alguns lugares. Viviam entre limites e não eram totalmente livres. Com a homologação contínua eles agora têm livre acesso, à lugares que antes não tinham.

Outro fator citado é a presença dos índios à frente dos órgãos pró-índios como, por exemplo, a FUNAI. Acredita-se que com essa atitude os interesses indígenas seriam melhor atendidos.

5.1.2.3 OMIR

Em 28 de novembro de 1999, na aldeia Três Corações, região de Amajari, é então iniciada a 1ª Assembléia Geral da OMIR (Organização das Mulheres Indígenas de Roraima).

A OMIR nasceu da necessidade de Organização e representatividade da mulher indígena, que sempre teve participação decisiva na luta dos povos indígenas, mas não era reconhecida pelos tuxauas.

Diva da Silva foi a primeira mulher tuxaua de Roraima, comandando a aldeia Raposa II, de meados de 1999 a janeiro de 2003. Destacou-se pelo respeito que obteve dos demais tuxauas da etnoregião da Raposa e por não ceder à pressão dos fazendeiros para abandonar o cargo. A OMIR conquistou importante espaço na política indígena nacional. A atual coordenadora da organização representa as mulheres indígenas de todo o Brasil no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça.

A OMIR representa as mulheres indígenas de Roraima dos povos: Macuxi, Ingaricó, Sanumá, Wai Wai, Wapichana, Pantanoma, Taurepang, Yekuana e Yanomami. Ficando garantida a participação das mulheres dos demais povos indígenas do Estado quando estas decidirem participar da OMIR.

NOME	POVOS	REIVINDICAÇÕES
OMIR Organização das Mulheres Indígenas de Roraima	Macuxi, Wapichana, Ingariçó, Taurepang e Patanoma	<p>Lutar por direitos iguais para a mulher indígena</p> <p>Desenvolver a capacidade artística e cultural das mulheres com as atividades: artesanato, corte e costura, tecelagem e cerâmica.</p> <p>Atuar na área de saúde e demais setores que venham proporcionar o bem estar das mulheres indígenas e de suas comunidades</p> <p>Trabalhar na formação profissional das mulheres indígenas, através de cursos, seminários palestras para capacitá-las em: administração, gerenciamento e elaboração de projetos, política e campo específico da condição feminina.</p> <p>Representar e defender judicial e extrajudicialmente os interesses das mulheres indígenas e bem como o seu meio ambiente e seus patrimônios.</p>

FIGURA 3 - OMIR

Fonte: Repetto (2008).

5.1.2.3.1 Atuação após a desintração

A OMIR promove oficinas de apoio às mulheres, como cursos para desenvolver o artesanato, com a finalidade de criar a sustentabilidade, fortalecer a comunidade e gerar renda.

Essa Organização tem como objetivo desenvolver a saúde, o planejamento familiar e o direito das mulheres indígenas, bem como a medicina tradicional indígena.

Segundo sua Coordenadora, em resposta ao questionário, após a homologação da Raposa Serra do Sol, melhorou para as mulheres indígenas porque diminuiu a violência contra a mulher, e houve maior acesso para o trabalho e implantação de projetos, pois agora eles possuem a terra. E as estratégias utilizadas pela OMIR antes da retirada dos não índios eram as mesmas estratégias de hoje, porém com uma diferença, hoje existe uma maior possibilidade de implantação de projetos e execução de planos anteriormente feitos, pois com as terras pertencendo somente aos povos indígenas fica mais fácil o trabalho nas comunidades e o acesso.

De acordo com a coordenadora, os impactos mais visíveis são a falta de ajuda e estrutura oferecidas por parte do governo do Estado, bem como ameaças de ser retirada a estrutura já existente caso fosse demarcada e homologada a terra em área contínua.

Para essa Organização, os impactos culturais não foram relevantes e economicamente só houve melhoras, conforme o que relatou a coordenadora.

A coordenadora cita que o único ponto negativo foi que as mulheres gostariam de ter recebido um lugar para a coordenação e implantação de seus projetos, o que não ocorreu ainda, mas revela que isso não trouxe grandes perdas.

Afirma ainda, que as Organizações precisam colocar seus planos e projetos em pratica, uma vez que agora podem fazer isso, pois reconquistaram o que lhes era de direito.

5.1.2.4 OPIR

Em 1986, foi criado o primeiro Núcleo de Educação Indígena, graças às reivindicações dos índios. Logo a articulação dos professores indígenas ganhou força e criou a Comissão dos professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (COPIAR), no ano de 1988. Então no ano de 1990, foi criada a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), que foi legalizada em 1998.

A OPIR tem como objetivo promover e defender a educação escolar diferenciada e específica para os povos indígenas do Estado de Roraima, bem como apoiar as escolas indígenas, promover e fortalecer a língua e a cultura dos povos indígenas. E tem como área de atuação: Amajari, Alto Parima, Baixo Cotingo, Jatapuzinho, Yanomami, Raposa, Serra da Lua, Serras, Surumu, São Marcos e Taiano.

FIGURA 4 - OPIR

NOME DA ORGANIZAÇÃO	POVOS	REIVINDICAÇÕES
OPIR - Organização dos Professores Indígenas de Roraima	Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó, Wai-Wai e Ye'cuana	Defesa da educação específica e diferenciada. Apoiar as escolas indígenas. Apoiar a autonomia econômica e social. Promover as línguas indígenas. Promover a educação intercultural e bilíngüe. Fazer convênios de assessoria técnica e assistência social que beneficie os professores e escolas nas comunidades .

Fonte: Repetto, 2008.

5.1.2.4.1 Atuação após a desintrusão

De acordo com o secretário da OPIR, em resposta ao questionário, com a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e retirada dos não índios, a OPIR não modificou suas estratégias de ação e continua trabalhando para promover a educação da mesma forma que antes.

A Organização trabalha diretamente com a educação escolar em comunidades indígenas e busca melhorias na qualidade do ensino.

A OPIR não sofreu impactos relevantes após a retirada dos não índios, mas, vale ressaltar que tanto a OPIR quanto outras organizações que defendiam a demarcação das terras

em área contínua, sentem a falta de apoio do Governo do Estado, que conforme Santilli (2001) sempre buscou inviabilizar a demarcação de forma contínua.

Portanto segundo o relato feito na entrevista, o coordenador da entidade sente falta de apoio e investimentos do estado na educação indígena, que está fragilizada.

Atualmente, a OPIR exige que os professores das comunidades sejam preferencialmente indígenas, e que estes residam nas comunidades, para que assim não haja professores deixando as comunidades, e ficando por lá apenas por um curto intervalo de tempo, o que prejudica a continuidade das aulas.

Para o secretário da OPIR, a desintração não afetou diretamente as formas de trabalho de forma negativa e nem positiva. E o que pode ser melhorado é a maior aplicação de políticas por parte do Estado para o desenvolvimento da educação indígena.

5.1.2.5 CIR

O CIR tem como finalidade a defesa dos direitos e fortalecer a autonomia dos povos indígenas, respeitar e proteger judicial e extrajudicialmente os interesses indígenas, bem como o meio ambiente, a propriedade intelectual indígena, o patrimônio artístico, estético, histórico, paisagístico, e cultural. Tendo como objetivo apoiar a autonomia cultural econômica e social dos povos indígenas, bem como promover ações e acompanhar a demarcação, regularização e garantia dos territórios indígenas, além de promover a valorização das tradições culturais desses povos, entre outros.

Faz parte da região de atuação do CIR: Região das Serras, Região do Baixo Cotingo, Região do Surumu, Região do Taiano, região da Serra da Lua, região da Raposa, Região do Amajari, São Marcos, Região Waiwai e Região Yanomami.

5.1.2.5.1 Atuação após a desintração

O CIR, ao contrário das demais organizações vistas até aqui, mudou muito suas estratégias após a homologação da Raposa Serra do Sol em área Contínua, especialmente por causa da retirada dos não índios, para o CIR a desintração foi uma vitória e o início de mudanças nas estratégias, pois segundo seu Coordenador, toda a trajetória desta Organização foi em busca da demarcação das Terras indígenas, ou seja, eram utilizadas políticas fundiárias.

Portanto, agora após tamanha vitória, esperada há tantos anos, a Coordenação do CIR busca projetos de desenvolvimento para os povos indígenas. Especialmente, projetos de

desenvolvimento econômico, educação e saúde. O Coordenador cita: “estamos em busca de projetos com o Governo Federal e com ONGs internacionais”.

Segundo Dionito Souza, após a retirada dos não índios o trabalho ficou mais fácil, existe livre acesso para os índios, mas ainda existem coisas negativas que ficaram devido a mistura de culturas entre índios e “brancos”, como a continuação de bebidas alcoólicas nas aldeias, roubo de gado, e a permanência de não índios que vez por outra causam desentendimentos. Esses não índios que ainda estão na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, são os que se casaram com as índias.

Para o Coordenador anda precisam amadurecer muita coisa na Raposa Serra do Sol, pois é tudo muito recente. Ainda precisam de muito planejamento, desenvolvimento e principalmente a unificação dos objetivos.

5.2 ONGs contrárias a desintrusão

5.2.1 SODIURR

A Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima – SODIURR – fundada em 29 de setembro de 1993 e tem por finalidade defender judicial e extrajudicialmente os interesses dos indígenas e promover a integração desses indígenas à sociedade brasileira. Bem como, reivindicar junto aos órgãos federais, estaduais, municipais e outras entidades civis, públicas e privadas, assistência à educação e cultura, à saúde e ao lazer. Além da assistência à produção dos alimentos indígenas. Tem como finalidade também preservar e resgatar a Organização social, costumes, crenças, línguas, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A SODIURR busca também angariar recursos buscando parcerias e convênios com implantações públicas e privadas.

A SODIURR foi contrária à demarcação em área contínua, e na entrevista feita com o Coordenador desta Organização é evidente seu descontentamento e indignação com a decisão pela área contínua e retirada dos não índios, fato totalmente contrário à maioria das organizações que se sentem muito à vontade com a decisão tomada pelo STF, e têm a mesma ideologia do CIR.

]

FIGURA 5 - SODIURR

NOME DA ORGANIZAÇÃO	POVOS	REIVINDICAÇÕES
SODIURR - Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima	Macuxi Wapichana Ingaricó	Defesa dos Direitos dos índios e de todos os cidadãos. Preservar e resgatar a Organização social, costume, língua, crença, tradições e direitos originários. Grande necessidade da ampliação da capacidade produtiva das comunidades, pensando em projetos de desenvolvimento como piscicultura, agropecuária, roça, etc.

Fonte: Repetto 2008.

5.2.1.1 Atuação após a desintrusão

Segundo o Coordenador da SODIURR, após a retirada dos não índios da terra Indígena nada mudou, apenas ficou mais difícil o desenvolvimento dos povos indígenas. Não há desenvolvimento, nem emprego, a saúde está desamparada, bem como a educação. Hoje existe uma grande dificuldade de acesso.

Ao perguntar ao Coordenador sobre a autonomia da Terra Indígena e a posse dos índio sobre a terra, ele demonstrou frustração, e foi possível notar total indignação com a homologação contínua daquela área. Segundo ele: “Nada melhorou. Nada. Ta tudo pior que antes, estamos isolados!”.

O coordenador afirma total descontentamento com os parâmetros utilizados para a demarcação e diz que a Terra formalmente é dos índios, mas eles não podem usufruir das riquezas que são deles por direito.

Um exemplo citado foi a proibição da garimpagem. Segundo ele se a terra os pertence, também deve lhes pertencer o direito de sobreviverem com as riquezas que ela oferece.

Para o coordenador, nada melhorou após a retirada dos não índios, só houve perdas. Começando pelo desemprego de alguns índios, e o isolamento. Segundo ele, o fato de separarem índios de não índios fez com que a Raposa Serra do Sol ficasse isolada. Sem as fazendas e as plantações de arroz, e a retirada dos não índios faz com que haja um total isolamento e enfraquecimento da economia indígena. Ele ressalta que a homologação em área contínua foi muito ruim para os índios. Não há mais como se desenvolverem. As estratégias após a retirada dos não índios são as mesmas de antes. A coordenação da SODIURR não inovou as estratégias de trabalho.

5.2.2 ALIDCIRR

Por se sentirem prejudicadas pelas políticas impulsionadas pelo CIR, lideranças indígenas se reuniram para procurar soluções para seus problemas. Esta nova aliança reuniu lideranças tanto de comunidades da Raposa Serra do Sol, quanto de São Marcos e de outras Terras. A posição da ALIDCIR com relação à demarcação era em favor da demarcação em ilhas, assim como a SODIURR.

Essa posição deve-se a diversos motivos. Um deles é uma suposta política de discriminação por parte do CIR, que não atende da mesma maneira as malocas que não são filiadas a ele. Outro motivo é a existência de malocas isoladas como a do Ubarú no município de Pacaraima, e outras de difícil acesso. Além desses motivos também é argumentado que a FUNAI atende preferencialmente ao CIR.

Para a ALIDCIR, a política do CIR, de reivindicar a Terra contínua, afetará suas comunidades uma vez que sofrerão com a exclusão, isolamento e atraso com relação ao desenvolvimento.

FIGURA 6 - ALIDCIR

NOME DA ORGANIZAÇÃO	POVOS	REIVINDICAÇÕES
ALIDCIR - Aliança para Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas	Macuxi, Wapichana, Taurepang.	Preocupação com o desenvolvimento via aumento de produtividade agropecuária e comercialização. Melhorar a assistência às comunidades isoladas. (saúde, transporte, escolas).

Fonte: Repetto, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi palco de muitas discussões, a violência chamou a atenção do Estado de Roraima e do Brasil. E não foram poucos os conflitos ocorridos na área.

Os índios foram convivendo com os brancos por imposição destes. E ao passar do tempo sentiram necessidade de uma vida com liberdade e dignidade, então começaram a organizar-se.

Aos poucos os índios, depois de sofrerem muito com violência e desigualdade, foram se conscientizando dos seus direitos passando a produzir suas próprias lideranças, assumindo seu processo de organização e de luta por seus ideais com mais autonomia. Momento em que houve a transição do movimento indigenista³ para o movimento indígena⁴ (Vieira, 2008).

Terra Indígena Raposa Serra do Sol as Estratégias Das ONGs Indígenas no Setentrião Brasileiro – Revista de Administração de Roraima - RARR, Ed 1, Vol1, p 121-144, 2º Sem - Boa Vista

Com a desintrusão, descortinou-se um novo cenário. Os não índios saíram, exceto os que se casaram com indígenas, e a terra agora é de uso exclusivo dos índios. A pesquisa evidencia que a luta agora é outra. Os índios precisam de maior infra-estrutura, saúde de melhor qualidade, uma economia mais sólida e uma educação específica e que preserve a cultura indígena existente. Segundo o índio Macuxi, a época representante da SEI, em entrevista aos autores, existem muitos índios que não falam a própria língua, como o caso dos Macuxi, além disso, a nova geração pouco sabe sobre suas raízes, muitos índios já não sabem nem caçar com arco e flexa, e o artesanato é praticado por poucos. Nossa cultura está se perdendo aos poucos, concluiu.

O mesmo índio Macuxi, que já ocupou o cargo de Coordenador do CIR (2005-2007), quando perguntado sobre as mudanças após a retirada dos não índios, afirmou que: “Quase nada melhorou. Ainda falta muita administração e união por parte das organizações e das lideranças. Economicamente existe muito a ser melhorado, e apesar de existir um enorme potencial para produção agrícola, mas não há produção excedente, o que poderia ser uma boa fonte de renda para a sobrevivência das comunidades”.

Para o ex-Coordenador, é necessária a implantação de políticas que incentivem o empreendedorismo entre o povo indígena, pois apesar de terem muita vontade de ganhar dinheiro preferem o emprego como professor. Evidencia-se na entrevista que a desunião entre os coordenadores das organizações também é um fator que atrasa o desenvolvimento da Raposa Serra do Sol. Ponto destacado também por outras organizações. Segundo ele, antes da homologação da Terra Indígena havia total empenho da maioria das organizações em um só objetivo, a demarcação da Terra Indígena, o que ajudou na homologação. Mas, ao passar do tempo as opiniões foram mudando a respeito de como deveria ser a demarcação. A maioria das Organizações queria a demarcação contínua, e poucos preferiam a demarcação em ilhas. Mas, após a retirada dos não índios os interesses foram se fragmentando ainda mais, e as opiniões divergindo, o que foi enfraquecendo tanto as organizações quanto as lideranças, que conseqüentemente não obtiveram maiores resultados na referida Terra Indígena.

O relato acima é compartilhado pela maioria dos coordenadores que citam esse fato como o principal problema a ser resolvido para o progresso da TIRSS. Segundo os Coordenadores ouvidos, é preciso que as organizações juntamente com as lideranças trabalhem com os mesmos objetivos para alcançarem suas metas, entre elas uma economia mais desenvolvida, sustentável e autônoma.

A maioria das organizações possui as mesmas estratégias utilizadas antes da retirada dos não índios. Pouca coisa foi modificada ou adequada à nova realidade.

Das entrevistas feitas com os coordenadores das ONGs foi possível notar que conquistar a posse da terra foi apenas o início de uma grande jornada. O povo indígena precisa de renda maior, melhor qualidade de alimentos, maior produção, saúde, e melhor educação.

Na figura abaixo, sintetiza-se o resultado da pesquisa no que diz respeito as mudanças estratégicas após a desintrução, é evidente que pouca coisa mudou e muito ainda precisa ser feito.

FIGURA 7 – RESUMO FINAL DA PESQUISA

ORGANIZAÇÃO	MUDOU DE ESTRATÉGIA APÓS A DESINTRUSÃO	MUDANÇAS
COPING	SIM	Antes da homologação e retirada dos não índios, esta Organização trabalhava em parceria com o CIR discutindo projetos que seriam utilizados quando a homologação ocorresse e retirassem os não índios. A partir da retirada dos não índios os coordenadores, estão em busca de implantar os projetos já feitos e discutidos anteriormente, além de enfatizar a sustentabilidade da Terra indígena Raposa Serra do Sol, a conscientização dos índios e a preservação da terra.
APIRR	NÃO	A APIRR não mudou suas estratégias e ainda não se adaptou à nova realidade, segundo a coordenação a APIRR ainda precisam se atualizar.
OMIR	NÃO	Segundo a coordenadora da OMIR, não foram mudadas as estratégias de trabalho. A única diferença é que agora há maior facilidade para a implantação de projetos, maior liberdade dentro da Terra Indígena e maior acesso.
OPIR	NÃO	Segundo a coordenação desta Organização não houve mudanças nas estratégias.
CIRR	SIM	Segundo o coordenador desta Organização houve mudanças nas estratégias e o CIR está se adaptando á nova realidade. O coordenador reconhece que ainda há muito a ser feito. Antes da homologação o CIR lutava basicamente pela homologação da Terra Indígena, após a homologação e desintrução o coordenador cita que estão em busca de parcerias com o Governo Federal e com ONGs estrangeiras para a implantação de projetos que desenvolva as comunidades e ofereça melhor qualidade de vida.
SODIURR	NÃO	Segundo o coordenador dessa organização, nada mudou, aos a homologação e retirada dos não índios da Terra Indígena. Atualmente a coordenação da SODIURR busca parcerias com o governo estadual. E sente-se muito prejudicada com a demarcação em área contínua.
ALIDCIR	-	- não localizamos os coordenadores.

Fonte: Elaborada pelos autores

Atualmente, o povo indígena possui uma terra rica e com enorme potencial para pecuária, agricultura e turismo, mas esbarra em um grande problema. A desunião do próprio

povo, a falta de administração e de implantação de projetos de desenvolvimento que muitas vezes não saem do papel por falta de uma boa gestão. Os coordenadores entrevistados estão cientes deste fato, porém, não se percebe disposição para mudança. Os entrevistados são enfáticos em apontar a falta do planejamento. Segundo eles, ainda é preciso muito planejamento para modificar a situação atual da TIRSS, o que, atualmente, não acontece de forma suficiente e satisfatória e atribuem esse fato ao pouco tempo pós-desintrusão e apontam a mesma desculpa para a falta de hegemonia de opiniões, o que tem dificultado a situação do povo.

As organizações indígenas representaram muito bem o povo indígena até a homologação da Terra Indígena, mas atualmente segundo os representantes do próprio povo, sem a união dessas organizações e um objetivo coletivo, não há como os indígenas alcançarem seus objetivos.

Por fim, conclui-se que, tanto os índios, quanto as lideranças e coordenadores das ONGs pesquisadas ainda não se prepararam à altura das mudanças que precisam ocorrer. Os indígenas têm que despertar e compreender que só a posse da terra não basta para que exista o desenvolvimento e o progresso, é necessário além da terra: objetivos comuns, união, muito trabalho, disponibilidade para mudanças e muito planejamento, sempre focando os esforços na melhoria das condições de vida, na busca do desenvolvimento sustentável e na autonomia para preservação cultural. O planejamento é imprescindível, porém sem união se torna inútil. Pouco foi mudado nas estratégias das organizações indígenas existentes na TIRSS. Pouco melhorou naquela terra e para seus ocupantes. Talvez, a solução esteja na mudança radical das estratégias de trabalho das organizações e na união das mesmas para um só objetivo visando a garantia do desenvolvimento sustentável, defesa e proteção da área e manutenção equilibrada do ecossistema deste pedaço fronteiro do extremo norte amazônico.

1 – Cláusula 4 - O usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, dependendo-se o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira. STF, em 19/03/2009.

2 - O CINTER passou a chamar-se CIR (Conselho Indígena de Roraima) em 1988, quando o Território Federal passou a Estado, e a Constituição Federal reconheceu o direito dos índios de se representarem juridicamente.

3 - Movimento indigenista é em favor dos índios, mas realizado por não índios. Exemplo: Antropólogos, ONGs, Igrejas, etc.

4 - Movimento indígena luta pelos direitos indígenas e tem como ator étnico o próprio índio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Stela A; CRUZ, Maria O. S; MLYNARZ, Ricardo B; SANTILLI, Paulo (2010). **Ingaricó** Disponível em: <pib.socioambiental.org/pt/povo/ingariko> Acesso em: 10 de novembro de 2010.
- ANDRELLO, Geraldo (2010). **Taurepang**. Disponível em: <pib.socioambiental.org/pt/povo/taurepang/print> Acesso em 10 de novembro de 2010.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA (1990). **Índios e brancos em Roraima**.
 _____ (1990). **Índios de Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Wapichana**.
- CIRINO, Carlos Alberto M (2008). **A “boa nova” na língua indígena: contorno da evangelização dos Wapichana no século XX**. Boa Vista, Editora da UFRR.
- EQUIPE DE EDIÇÃO DA ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS DO BRASIL(2010). Wapichana. Disponível em: <pib.socioambiental.org/pt/povo/wapichana> Acesso em 10 de novembro de 2010.**
- FERNANDES, Rubem (1994). **Privado porém público**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Jornal “Folha de Boa Vista” (2009). **Liderança confirma garimpo em reserva**. 18 fev. 2009.
- GODOY, Arilda Schimidt (1995). **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**. ERA - Revista de Administração de Empresas, Vol. 35, nº 2, Março/Abril. São Paulo, p. 57-63.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (2000). **Povos indígenas no Brasil, 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- REPETTO, Maxim (2008). **Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima**. Boa Vista : UFRR.
- REVISTA DO NUHSA / Universidade Federal de Roraima, núcleo histórico socioambiental – v. 1, n. 1 Setembro de 2007. Boa vista: UFRR, NUHSA.
- ROESCH, Sylvia (2002). **Gestão de ONG's: Rumo a uma agenda de pesquisas que contemple a sua diversidade**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 26º Anais do XXVI ENANPAD. Salvador.
- SALAMON, Lester (2001). **O tempo das associações**. Rio de Janeiro: Correio da Unesco, ano 29, n.8, p..36-7, agosto. 2001.
- SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut (2011). **In search of Non Profit Sector II: The problem of classification Working Papers of the John Hopkins Comparative Non Profit Sector Project n 3** Baltimore The John Hopkins Institute for Policies Studies, 1992. Disponível em: http://adm-cf.com/jhu/pdfs/CNP_Working_Papers/CNP_WP3.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro de 2011.
- SANTILLI, Paulo (2001). **Pemongon Patá: território macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: UNESP.

_____ (2010). **Macuxi**. Disponível em < pib.socioambiental.org/pt/povo/makuxi/>
Acesso em: 10 de novembro de 2010.

SENA, Wagner P. (Org.) (2008). **Levantamento etnoambiental das terras indígenas do complexo Macuxi-Wapichana**: Anaro, Barata/Livramento, Boqueirão, Raimundão, Jacamim, Moscow, Muriru, Tabalascada e Raposa Serra do Sol. Brasília: PPTAL.

VIEIRA, Jaci G. (Org.) (2008). **O Rio Branco se enche de História**. Boa Vista: UFRR.